

COLÓQUIO

# PORTUGAL E A I GUERRA MUNDIAL (1914-1918)

7 de outubro de 2014 | Sala do Senado | Assembleia da República



# ÍNDICE

## ABERTURA

<b>Teresa Caeiro</b> (Vice-presidente da Assembleia da República)	3
<b>Rui Machete</b> (Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros)	5
<b>José Pedro Aguiar-Branco</b> (Ministro da Defesa Nacional)	7
Tenente-general <b>Mário de Oliveira Cardoso</b> (Presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial) (sem intervenção)	
Major-general <b>Fernando Aguda</b> (Vice-presidente da Liga dos Combatentes) (sem intervenção)	

## I PAINEL

<b>TEMA 1   A POLÍTICA E A DIPLOMACIA NO INÍCIO DA GUERRA</b>	
<b>António Martins da Cruz</b> (Embaixador)	9
<b>TEMA 2   O ESTADO DA ARTE DA GUERRA NO INÍCIO DA I GUERRA MUNDIAL</b>	
Major-general <b>Arnaut Moreira</b>	15

## II PAINEL

<b>TEMA 3   PORTUGAL E A GRANDE GUERRA: ENTRE A MEMÓRIA DO PASSADO E OS DESAFIOS DO FUTURO</b>	
<b>Nuno Severiano Teixeira</b>	21
<b>TEMA 4   O EXÉRCITO DE PORTUGAL NO INÍCIO DA GUERRA: AÇÃO, REAÇÃO E OMISSÃO</b>	
Coronel <b>Lemos Pires</b>	25
<b>TEMA 5   A MARINHA PORTUGUESA EM 1914</b>	
Capitão-de-fragata <b>Bessa Pacheco</b>	37

## ENCERRAMENTO

<b>José de Matos Correia</b> (Presidente da Comissão de Defesa Nacional)	47
--	----

<b>PROGRAMA DA CONFERÊNCIA</b>	49
--------------------------------	----

<b>NOTAS BIOGRÁFICAS DOS ORADORES</b>	50
---------------------------------------	----

# TEMA 5 | A MARINHA PORTUGUESA EM 1914

BESSA PACHECO

## Resumo

O desenvolvimento industrial do século XIX levou as potências europeias a olhar para os recursos naturais africanos como matéria-prima fundamental para o seu desenvolvimento económico. Portugal mantinha sob a sua soberania diversos territórios em África, desde os séculos XV e XVI, e viu os seus interesses seriamente ameaçados por terceiros. A Conferência de Berlim de 1884-1885 alterou o paradigma da soberania territorial ultramarina, obrigando à ocupação efetiva dos territórios ultramarinos.

A ocupação efetiva dos territórios de interesse nacional decorreu num período de grandes dificuldades económico-financeiras. Ainda assim, diversas atividades e missões foram realizadas pela Marinha, no sentido de garantir a defesa dos interesses nacionais, tanto no mar como em terra.

Em 1910, deu-se a implementação da República, mantendo-se, todavia, uma grande instabilidade política. Logo depois, em 1914, deflagrou a I Guerra Mundial, tendo Portugal entrado no conflito em 1916. Este artigo caracteriza a Marinha em 1914, descrevendo a sua organização geral, os meios, os efetivos ao serviço e a tipologia de atividades realizadas no período imediatamente anterior ao início da I Guerra Mundial, e compara a sua capacidade combatente com as restantes Marinhas do mundo.

## A Marinha portuguesa em 1914

No âmbito das atividades de evocação do início da I Guerra Mundial, foi realizado na Assembleia da República um colóquio no qual, entre outras perspetivas, se pretendia caracterizar as Forças Armadas Portuguesas em 1914. Assim, o objetivo deste artigo é o de enquadrar os antecedentes históricos com relevância militar específica e caracterizar a Marinha de Guerra Portuguesa no início da I Grande Guerra.

Em termos conceptuais, desde 1736 que a Marinha era uma Secretaria de Estado (ou Ministério) que tinha igualmente a tutela dos territórios ultramarinos. Esta Secretaria de Estado geria de forma integrada os assuntos da Marinha de Guerra, ou Armada, da Marinha Mercante, da Marinha de Pesca, do assinalamento marítimo (faróis), do salvamento marítimo e da autoridade marítima. No final do século XIX, os territórios ultramarinos do império incluíam Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia (com os territórios de Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli), Macau, Timor e a fortaleza de S. João Batista de Ajudá localizada no Benin, no Golfo da Guiné (**Figura 1**).

No segundo quartel do século XIX, decorrente dos desenvolvimentos industriais e visando o acesso privilegiado a matérias-primas, as potências europeias iniciaram um processo de expansão territorial sobre África e consequente definição e delimitação de fronteiras. Os interesses de cada país foram inconclusivamente negociados na Conferência de Berlim em 1884-1885. Além da Guiné, Portugal defendeu o direito que considerava ter ao espaço territorial entre a costa de Angola e de Moçambique, tendo apresentado um mapa, com a sua reclamação, em que este território se demarcava a cor-de-rosa<sup>1</sup>. A Inglaterra contestou a reclamação nacional, não a reconhecendo, face ao seu interesse em controlar um espaço geográfico que lhe permitisse ligar a África do Sul ao Norte de África. Neste processo, foi invocada a necessidade de ocupação efetiva para que uma dada reclamação de soberania dos diversos países fosse procedente.

A não conclusão de acordos na Conferência de Berlim e o estabelecimento do paradigma da ocupação efetiva para garantir a soberania levaram Portugal a iniciar um processo de ocupação militar e subjugação dos nativos nos territórios africanos. Este processo implicou uma série de ações militares e combates na Guiné, em Angola e em Moçambique, materializando a que se designou como a primeira Guerra de África<sup>2</sup> (**Figura 2**).

Além das campanhas essencialmente realizadas no âmbito da ação militar, a afirmação da soberania nacional sobre os territórios ultramarinos fez-se através da delimitação de fronteiras e da produção de cartografia terrestre. Ainda a regionalização de canhoneiras e lanchas-canhoneiras em África lançou as bases para a realização massiva de levantamentos hidrográficos costeiros e portuários, cujos dados serviram para produzir as cartas náuticas dos territórios. A **Figura 3** mostra, pontualmente, os locais em Moçambique, em Angola e na Guiné, onde foram realizados os principais levantamentos hidrográficos, desde meados do século XIX até 1910. Estes levantamentos, e correspondente produção cartográfica, foram relevantes na defesa dos interesses nacionais por serem internacionalmente reconhecidos como um dos principais instrumentos de demonstração de soberania.

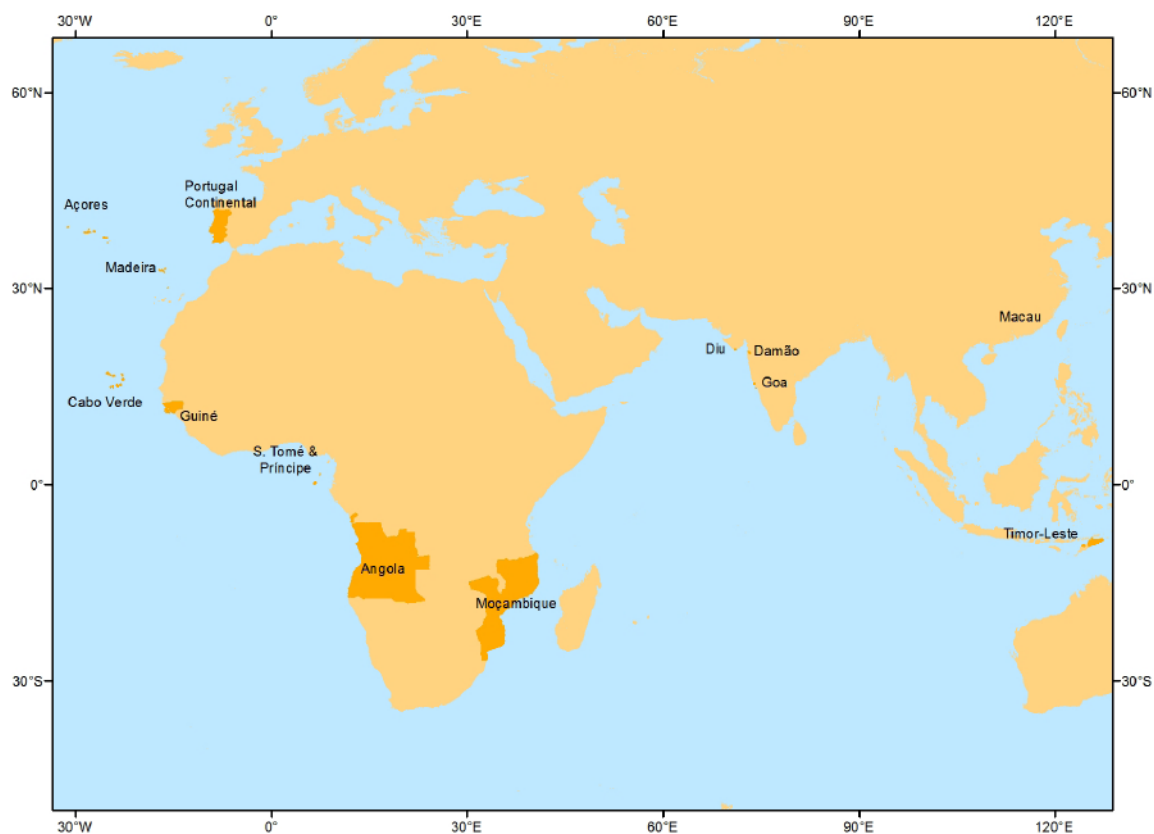


FIGURA 1 Territórios nacionais ultramarinos no final do século XIX



FIGURA 2 Ações militares-navais de pacificação realizadas pela Marinha na Guiné

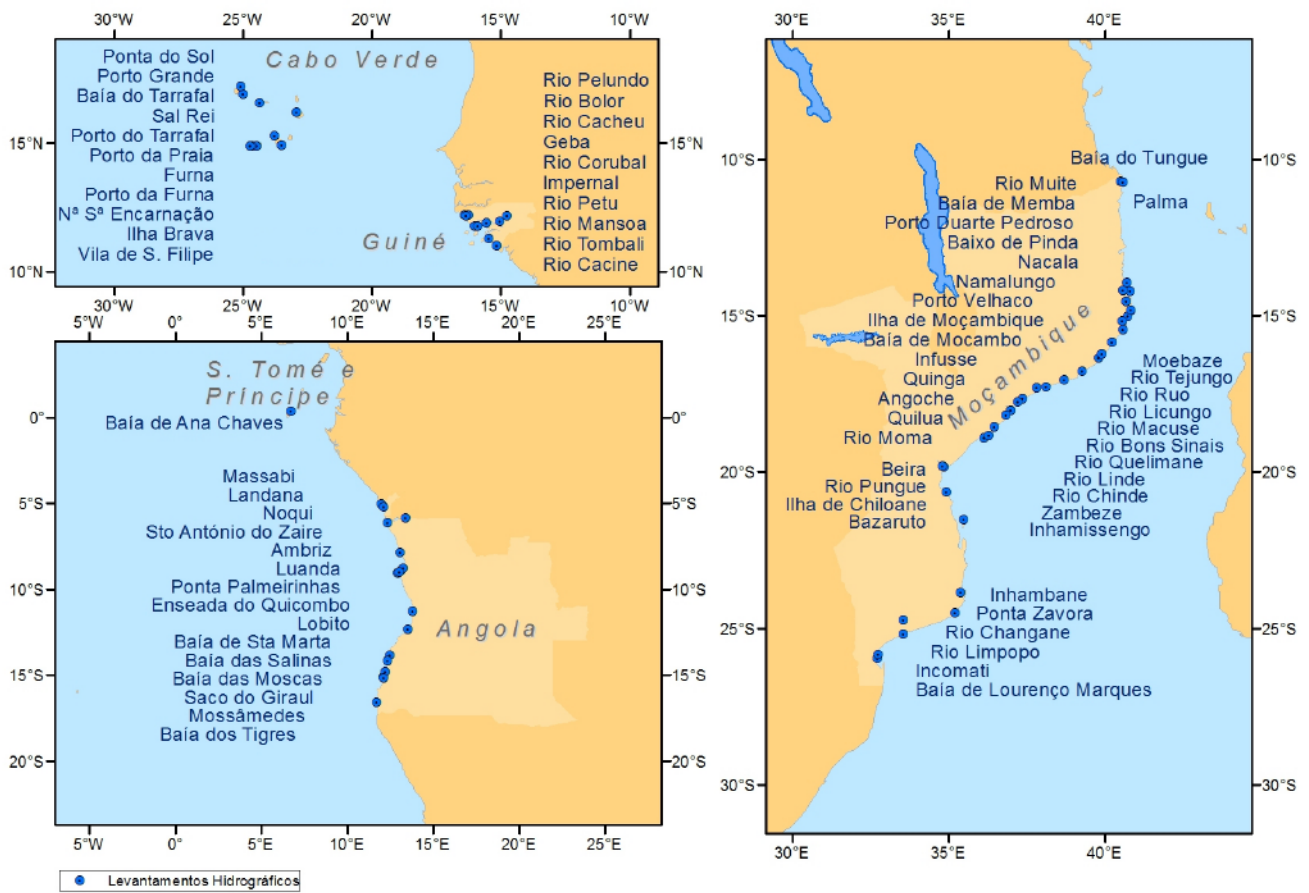


FIGURA 3 Levantamentos hidrográficos em África (1850-1910)



FIGURA 4 Campanha de costa à costa de Capelo e Ivens (1884-1885)

Em 1884, os oficiais da Armada Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens realizaram uma expedição no continente africano, cujo objetivo era ligar a costa de Angola à de Moçambique, de modo a afirmar a soberania nacional em todo o espaço geográfico africano entre estes dois territórios. Chegaram ao destino um ano depois (Figura 4).

Após a implantação da República, a tutela da Marinha separou-se da das Colónias. Esta separação levou, em 1913, à criação da Marinha Colonial, sob a tutela do Ministério das Colónias, mas com base na requisição de recursos à Marinha de Guerra. Esta separação da Marinha em duas revelou-se errática, tendo sido corrigida em 1926.

A Revolução de 1910 veio criar algumas feridas na organização e uma alteração de referências que, de alguma forma, perturbou o normal funcionamento da Marinha. Por não realizarem juramento de fidelidade ao novo regime, autoexcluíram-se da Armada diversos oficiais leais à causa monárquica. No que se refere à simbologia, foram eliminadas as coroas reais das fardas e dos bonés. O óculo dos galões dos oficiais da Armada foi eliminado em 1913, embora cinco anos mais tarde tenha sido novamente adotado.

Para se caracterizar a Marinha de 1914, é preciso ter em mente que a sua principal missão era a defesa militar da fronteira marítima, em colaboração com as fortificações da costa. Relewa-se que, em 1914, Portugal tinha duas fronteiras terrestres e marítimas com territórios alemães: o Sudoeste Africano e a Tanganica (Figura 5).



FIGURA 5 Fronteiras entre territórios africanos portugueses e alemães, em 1914

Em termos estruturais, em 1914, a Marinha mantinha a organização decretada em 1907 para a sua Secretaria de Estado, excluindo as repartições particularmente afetas aos assuntos ultramarinos. Nesse ano, tinha sido estabelecida uma equivalência hierárquica entre o comando militar da Armada (Majoria General da Armada) e a Administração Superior dos Serviços da Marinha (Direção-Geral da Marinha), a par da Administração dos Serviços Fabris<sup>3</sup> (Figura 6). O principal objetivo do nivelamento organizacional, realizado em 1907, foi proporcionar maior autonomia às divisões da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, para que o ministro se pudesse concentrar na administração e governação, com independência e ação efetiva<sup>4</sup>. À Majoria General da Armada cabia o exercício do comando superior em matéria disciplinar e de serviço com respeito às forças navais constituídas, aos oficiais e praças da Armada. À Direção-Geral da Marinha incumbia a parte administrativa dos serviços da Armada, aquisição e reparação do material naval, departamentos marítimos e capitania dos portos, marinha mercante e pescas, serviços de faróis e construções civis da Marinha. À Administração dos Serviços Fabris competia-lhe os assuntos de construção naval, equipamento e abastecimento da Marinha.

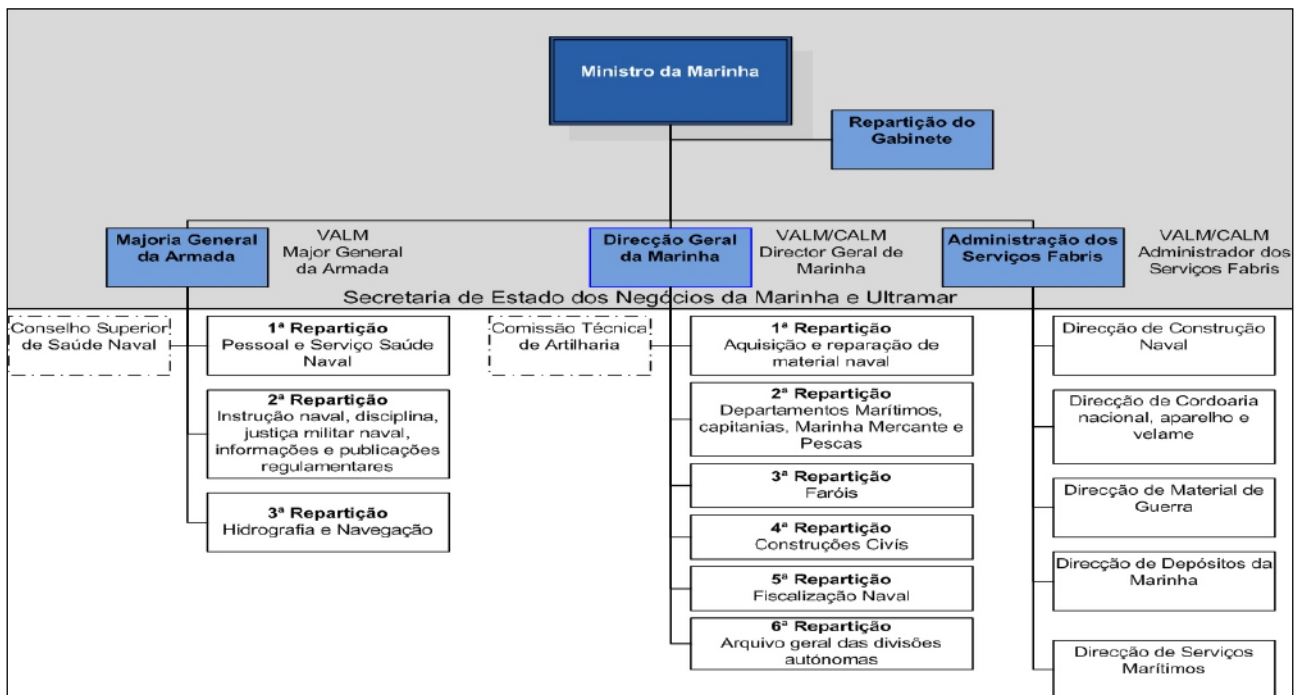


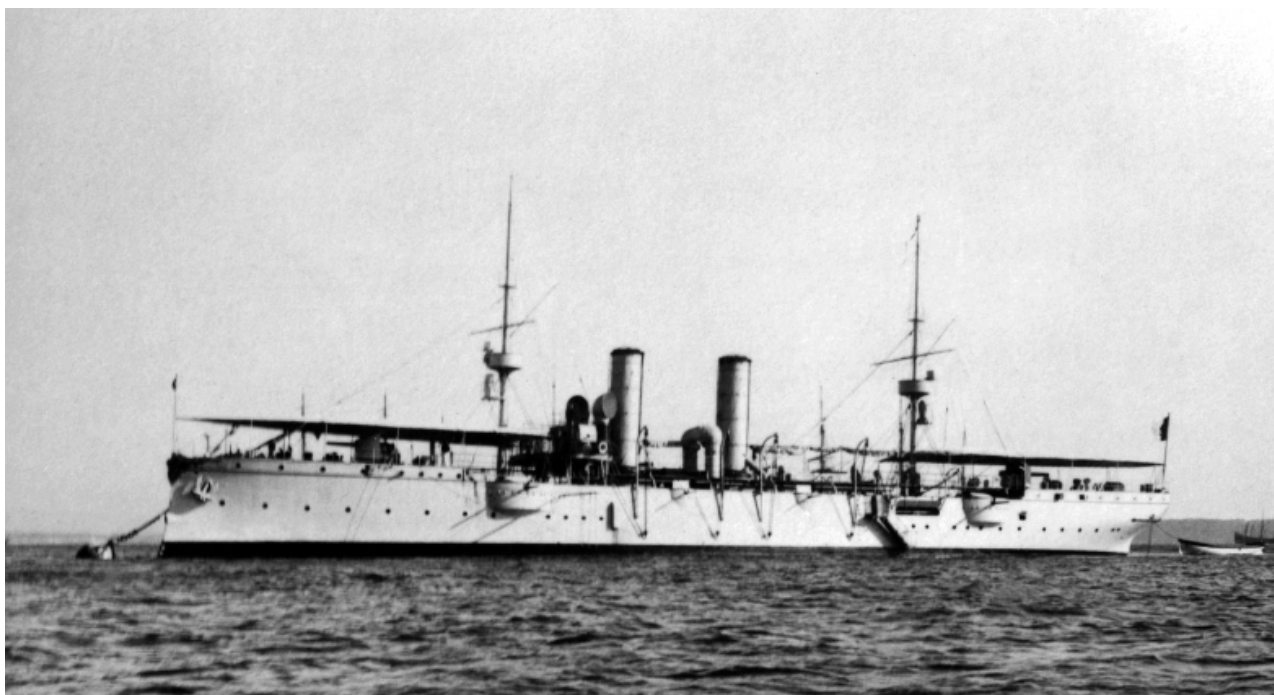
FIGURA 6 Organização da Secretaria de Estado da Marinha em 1907, mantida em 1914

Para se ter uma ideia do valor militar da Marinha em 1914, é necessário ter presente as principais tipologias e funções dos navios da época, bem como a forma como se idealizava a guerra no mar. Os principais tipos de navios militares em 1914 eram o navio de batalha (que incluía o couraçado, o pré-couraçado e o cruzador de batalha), o cruzador, o torpedeiro, o contratorpedeiro e, ainda em face de avaliação do seu verdadeiro potencial, o submersível. O couraçado era um navio com um deslocamento entre as 20 000 e as 30 000 toneladas, cerca de 160 metros de comprimento, dotado de peças de artilharia de grande porte e blindado com uma couraça metálica de 22 cm para suportar os impactos da artilharia inimiga (Figura 7). Os navios de batalha eram os principais navios combatentes dos países, com elevada capacidade de destruição dos navios inimigos e com uma velocidade máxima na ordem dos 21 nós (39 km/h). Em 1914, Portugal não tinha nenhum navio de batalha, enquanto o Reino Unido, a maior potência naval da época, tinha 73.



FIGURA 7 Navio de batalha, couraçado, inglês do início do século XX.

FONTE: U.S. Naval Historical Center (Fotografia com mais de 70 anos. Domínio público. [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:HMS\\_Dreadnought\\_1906\\_H61017.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:HMS_Dreadnought_1906_H61017.jpg))



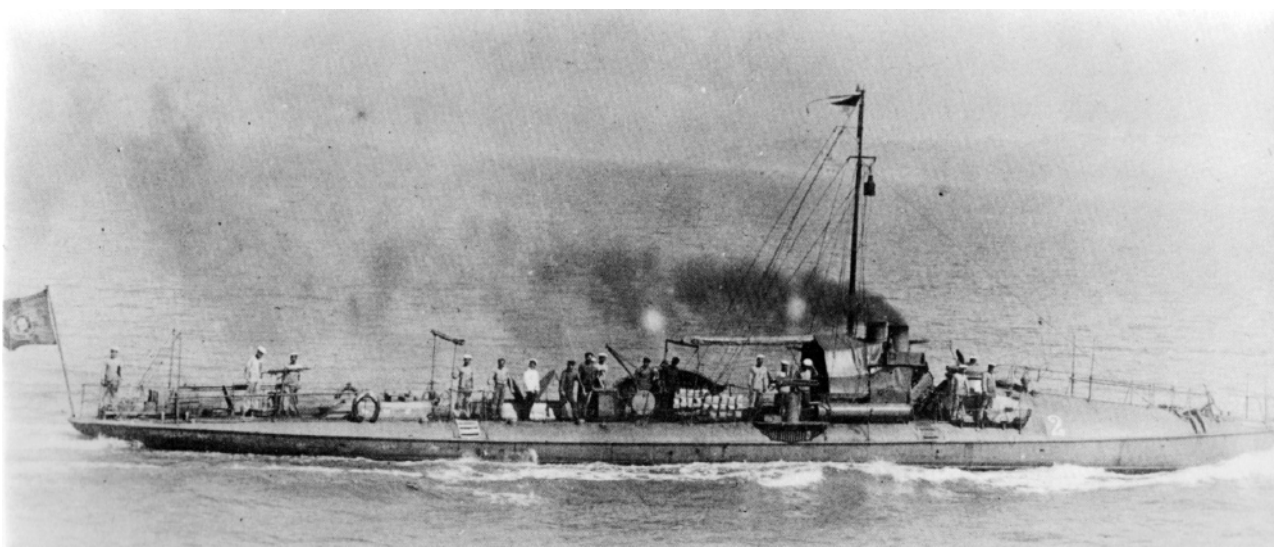
**FIGURA 8** O cruzador *Adamastor* da Marinha portuguesa.

FONTE: José Ferreira dos Santos, *Navios da Armada Portuguesa na Grande Guerra*, Academia de Marinha, 2008, p. 25. Autor desconhecido. (Fotografia com mais de 70 anos. Domínio público)

Os cruzadores, também designados por exploradores, eram navios de reconhecimento ou de recolha de informações sobre a localização dos navios inimigos. Estes navios tinham um deslocamento entre as 2000 e as 4000 toneladas, um comprimento entre os 75 e os 80 metros e uma velocidade máxima de cerca de 15 nós (28 km/h). Estavam dotados de artilharia de médio porte para defesa própria, embora pudessem ser utilizados no apoio combatente aos navios de batalha. Em 1914, Portugal tinha cinco cruzadores, enquanto o Reino Unido tinha 121 (**Figura 8**).

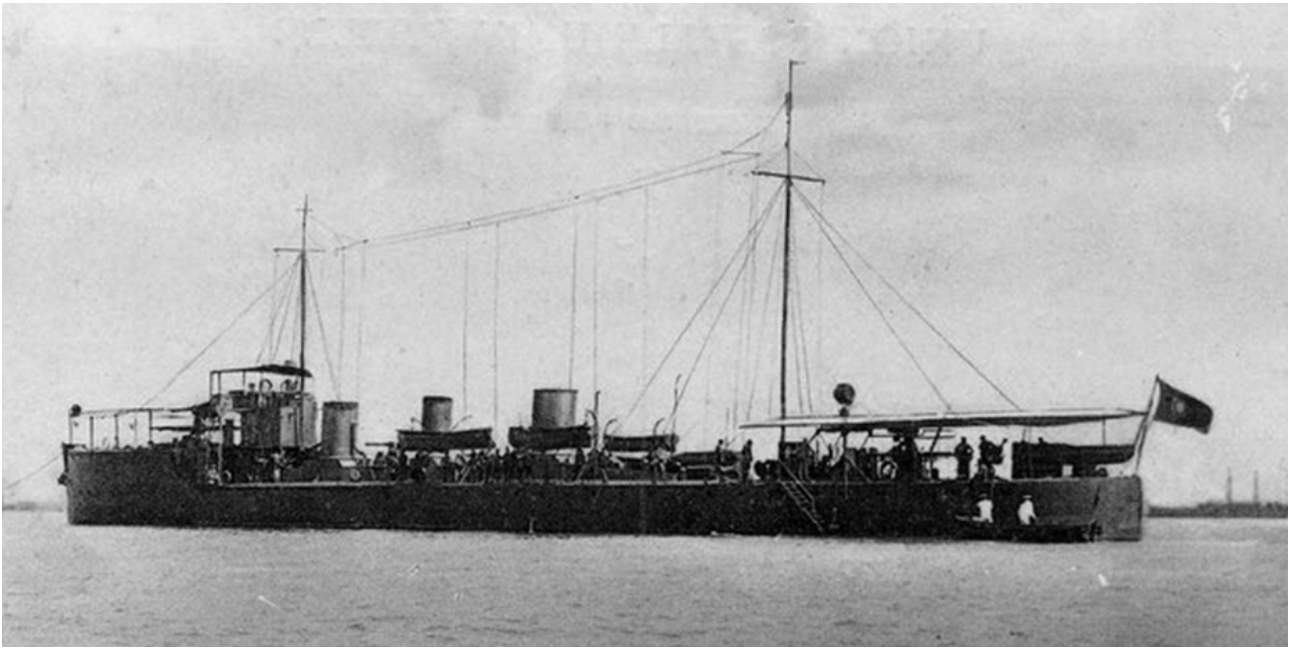
Os torpedeiros eram navios de muito reduzido deslocamento, da ordem das 70 toneladas, reduzida autonomia e reduzida velocidade. Estes navios, armados com torpedos, visavam provocar danos nos navios inimigos abaixo da linha de água, provocando o seu afundamento por alagamento. Seriam utilizados numa fase em que a capacidade artilheira do inimigo estivesse bastante degradada, permitindo a sua aproximação e ataque. Em 1914, Portugal tinha quatro torpedeiros, enquanto o Reino Unido tinha 109 (**Figura 9**).

O contratorpedeiro, também designado por *destroyer*, era um navio com um deslocamento entre as 600 e as 800 toneladas e cerca de 75 metros de comprimento. Estes navios destinavam-se a anular a ação dos torpedeiros, estando equipados com artilharia



**FIGURA 9** O torpedeiro n.º 2 da Marinha portuguesa.

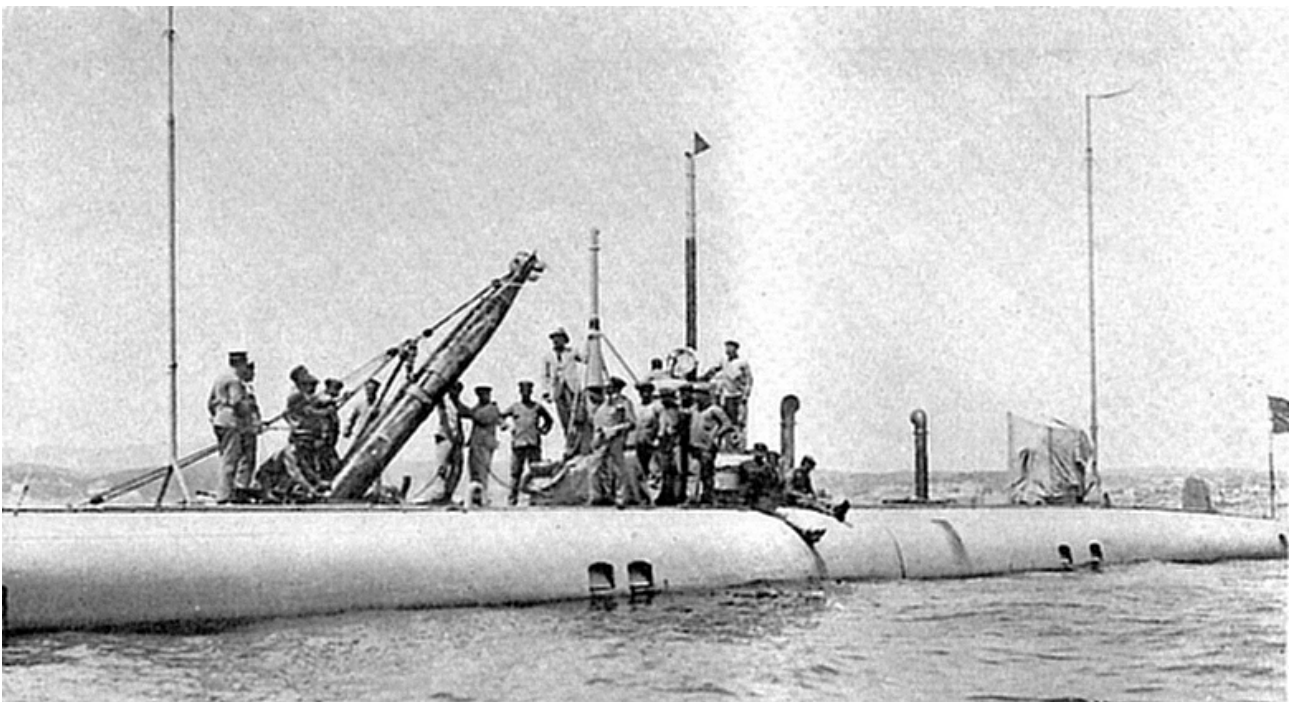
FONTE: José Ferreira dos Santos, *Navios da Armada Portuguesa na Grande Guerra*, Academia de Marinha, 2008, p. 181. Autor desconhecido. (Fotografia com mais de 70 anos. Domínio público)



**FIGURA 10** O contratorpedeiro *Douro* da Marinha portuguesa.  
(Postal com mais de 70 anos. Domínio público)

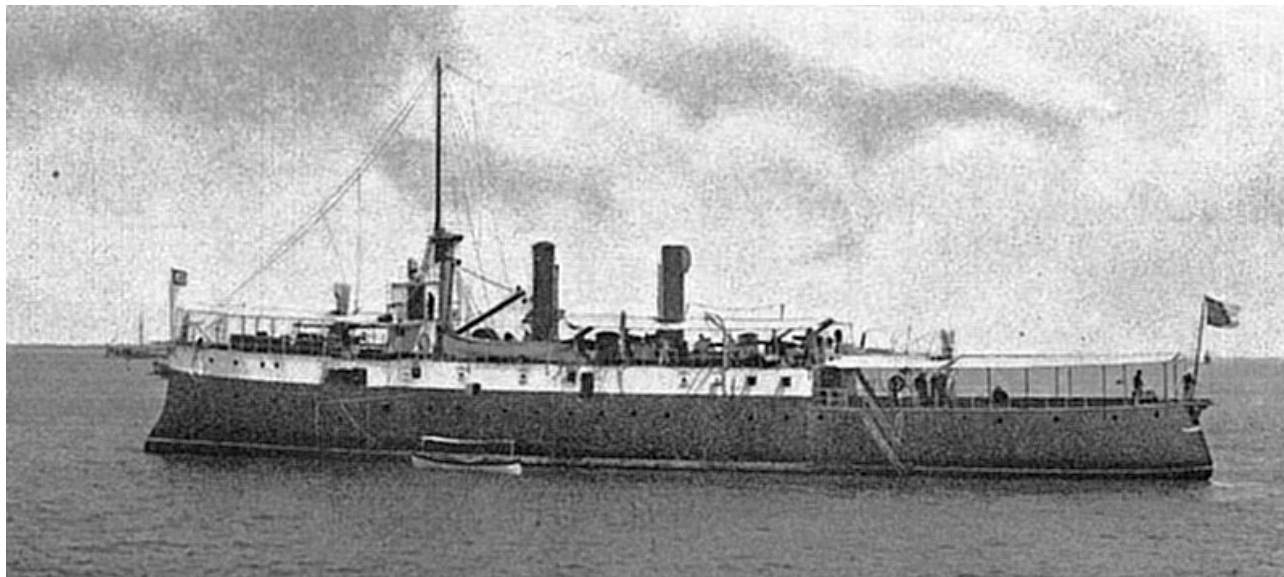
de pequeno/médio porte, reduzida autonomia, mas grande velocidade (27 nós ou 50 km/h). Em 1914, Portugal tinha um contratorpedeiro, enquanto o Reino Unido tinha 221 (**Figura 10**).

O submersível era um tipo de navio que, em 1914, ainda estaria a evoluir no seu conceito. Estes navios tinham um deslocamento na ordem das 400 toneladas, 45 metros de comprimento e uma velocidade de 14 nós (26 km/h). Ao contrário dos submarinos da II Guerra Mundial, os submersíveis navegavam essencialmente à superfície, apenas mergulhando nos momentos de aproximação ao navio que pretendiam afundar. Apesar de dotados com torpedos e pequenas peças de artilharia, os submersíveis não eram navios para empregar nos combates navais. Eram essencialmente vocacionados para afundar navios mercantes, perturbando, dessa forma, o abastecimento logístico das forças e dos países inimigos. Em 1914, Portugal tinha um submersível, enquanto o Reino Unido tinha 73 (**Figura 11**).



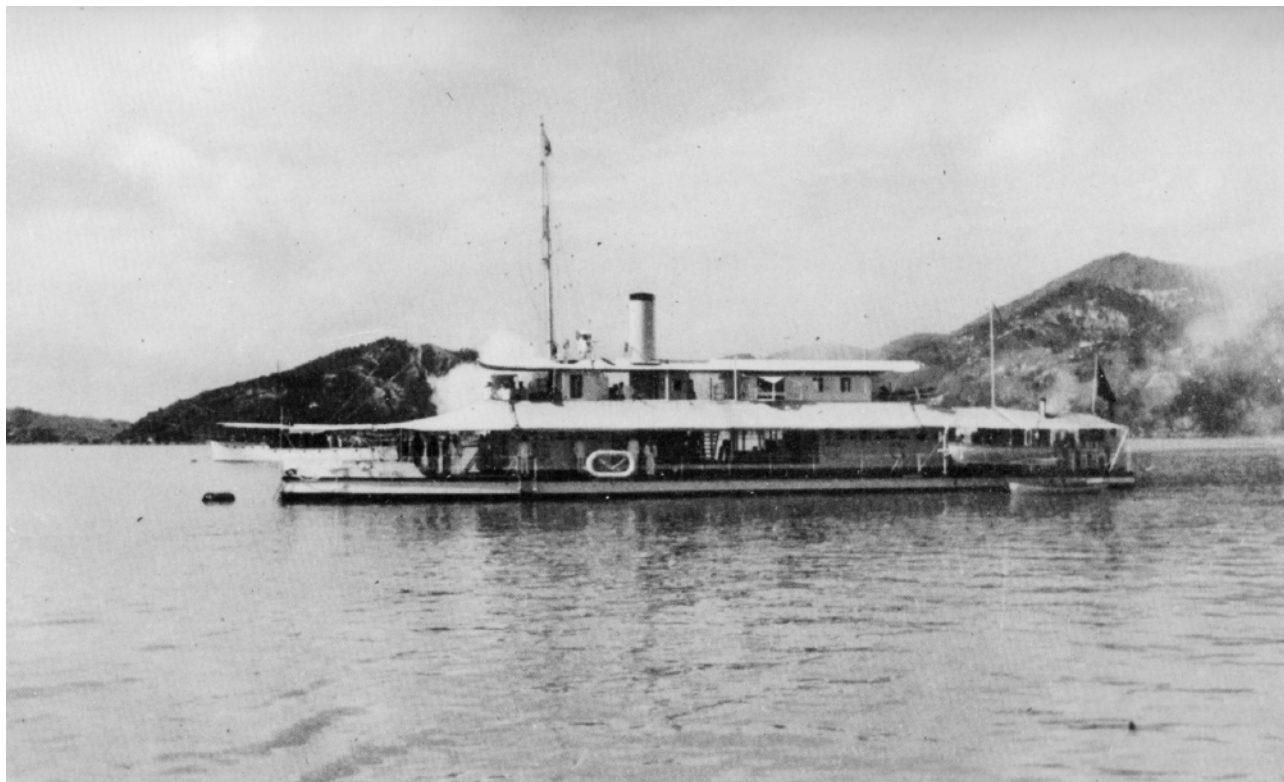
**FIGURA 11** O submersível *Espadarte* da Marinha portuguesa.  
(Postal com mais de 70 anos. Domínio público)

Além destes principais tipos de navios, a Marinha tinha no seu efetivo canhoneiras e lanchas-canhoneiras. As canhoneiras eram navios com um deslocamento na ordem das 600 a 700 toneladas, 60 metros de comprimento e uma velocidade de cerca de 17 nós (31 km/h). Estavam armados com uma ou duas peças de artilharia (canhões, daí a sua designação), sendo utilizadas em funções de patrulha e fiscalização da zona costeira. Em 1914, Portugal tinha dez canhoneiras (**Figura 12**).



**FIGURA 12** A canhoneira *Pátria* da Marinha portuguesa.  
(Postal com mais de 70 anos. Domínio público)

A lancha-canhoneira era um navio com um deslocamento de até 135 toneladas, 35 metros de comprimento, reduzida velocidade e reduzido calado. Este tipo de navios era utilizado na patrulha e fiscalização fluvial, estando dotados de uma ou duas peças de artilharia de pequeno calibre e metralhadoras. Em 1914, Portugal tinha sete lanchas-canhoneiras (**Figura 13**).



**FIGURA 13** A lancha-canhoneira *Macau* da Marinha portuguesa.  
FONTE: António Marques Esparteiro, *Três Séculos no Mar*, XI Parte/navios diversos/2.º Volume, 1980, p. 40. (Postal com mais de 70 anos. Domínio público)

Do acima exposto, é possível verificar que havia uma grande diferença entre a capacidade militar-naval do Reino Unido e de Portugal. Todavia, quando analisamos o quadro das diferentes Marinhas do mundo, em 1914, verificamos que existem três grandes grupos: as Marinhas oceânicas, as Marinhas costeiras e as restantes Marinhas. As Marinhas oceânicas, que eram oito, tinham no seu efetivo um elevado número de navios de batalha e pertenciam às grandes potências mundiais da altura: Reino Unido, França, Alemanha, Estados Unidos da América, Rússia, Japão, Itália e Áustria-Hungria. Depois seguia-se um grupo de treze Marinhas costeiras, na qual se incluía a portuguesa, cuja principal missão seria a de garantirem a defesa da sua fronteira marítima. Finalmente, havia mais algumas Marinhas de outros países, mas sem qualquer expressão de relevo a nível internacional. Para se perceber a diferença de potencial militar-naval das diversas Marinhas, foi desenvolvido um índice que tem em conta a tipologia e quantidade de navios militares de cada país, em 1914. Neste índice apenas foram considerados os navios de batalha, os cruzadores, os torpedeiros, os contratorpedeiros e os submersíveis. Como se pode verificar no **Gráfico 1**, o Reino Unido era o país com maior capacidade militar-naval seguida, com uma relativa diferença, da França e da Alemanha. Em 1914, a Marinha portuguesa situava-se entre a 15.<sup>a</sup> e a 20.<sup>a</sup> com maior valor militar-naval do mundo.

## Valor Militar Naval

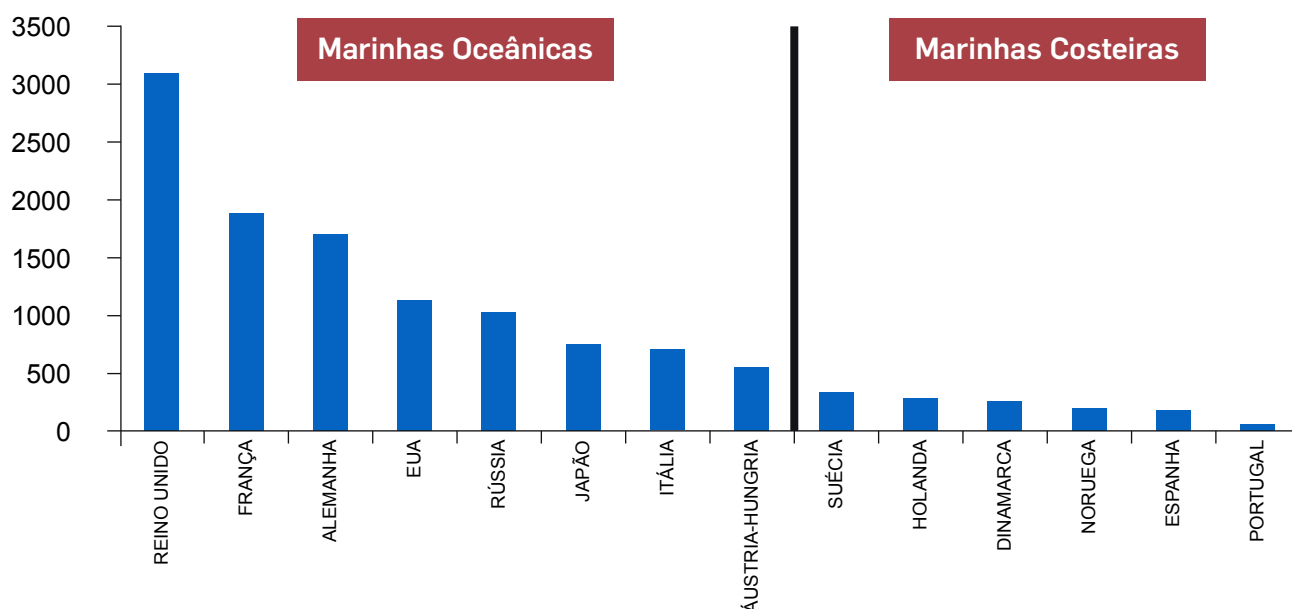


GRÁFICO 1 Índice de capacidade militar-naval das diversas Marinhas do mundo em 1914

Em termos de efetivos, em 1914, a Marinha tinha 487 oficiais e a força de mar era de 4500 praças.

No que se refere à perspetiva operacional, a Marinha tinha como principal missão a defesa da fronteira marítima nacional em apoio às obras de fortificação da costa. Para além disso, estava encarregue da fiscalização e patrulha fluvial, principalmente nos territórios africanos, na Índia e em Macau. Em África, estas ações faziam parte do processo de pacificação dos nativos revoltosos, que, por iniciativa própria ou incentivo de terceiros, procuravam destabilizar a paz na defesa dos seus interesses.

Assim, era mantido, desde o século XIV até aos dias de hoje, um dispositivo naval em elevado estado de prontidão, distribuído pelo império, de forma a poder intervir em tempo na defesa dos interesses nacionais no mar. Em 1914, estavam no porto de Lisboa, a principal base da Marinha, três cruzadores, um aviso e um contratorpedeiro. No continente, estava uma lancha-canhoneira no rio Minho, uma canhoneira na zona norte, uma canhoneira na zona centro e uma canhoneira na zona sul. Nos Açores, estavam duas canhoneiras no serviço de patrulha e fiscalização. Em Cabo Verde, estava uma canhoneira. Na Guiné, estavam duas lanchas-canhoneiras no serviço de patrulha e fiscalização fluvial. Em S. Tomé e Príncipe, estava uma canhoneira. Em Angola, estavam dois cruzadores e uma canhoneira no serviço de fiscalização. Em Moçambique, estava uma canhoneira e mais duas lanchas-canhoneiras no serviço de patrulha e fiscalização do rio Zambeze. Nos territórios indianos, estava uma canhoneira e em Macau estavam uma canhoneira e uma lancha-canhoneira.

## Síntese conclusiva

A estrutura, a genética e as operações da Marinha, em 1914, estavam moldadas pelas necessidades relativas à defesa dos interesses do país, no último quartel do século XIX, e pela grave crise política, económica e financeira que assolava o país há várias décadas. Destaca-se a necessidade de Portugal de corresponder ao novo paradigma de soberania ultramarina, saído da Conferência de Berlim de 1884-1885. Nesse sentido, a Marinha participou na defesa dos interesses nacionais com a travessia de costa a costa por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, com a realização de levantamentos hidrográficos para produção de cartografia costeira, com a demarcação de fronteiras e com a realização de ações de patrulha, fiscalização e pacificação de nativos nos territórios da Guiné, Angola e Moçambique.

Em termos organizacionais, em 1914, a Marinha estava dividida por duas tutelas: o Ministério da Marinha tutelava a Marinha de Guerra, de Comércio e das Pescas, e o Ministério das Colónias tutelava a Marinha Colonial. A Marinha de Guerra, designada por Armada, era um departamento do Ministério da Marinha a par com a Direção-Geral da Marinha e a Administração dos Serviços Fabris.

Em termos genéticos, a Marinha tinha no seu efetivo cinco cruzadores, um aviso, quatro torpedeiros, um contratorpedeiro, um submersível, dez canhoneiras e sete lanchas-canhoneiras. No que se refere aos recursos humanos, tinha 487 oficiais e a força de mar era constituída por 4500 praças, incluindo as necessárias ao serviço colonial.

Em termos operacionais, a Marinha tinha como missão a defesa da fronteira marítima nacional, em apoio às obras de defesa costeira, e a realização de ações de patrulha e fiscalização no âmbito da autoridade marítima e do processo de pacificação dos territórios africanos. Além destas atividades, realizava levantamentos hidrográficos para a produção cartográfica e mantinha as missões de delimitação de fronteiras nos territórios ultramarinos.

No que se refere ao valor militar-naval, em 1914 havia oito países com Marinhas oceânicas com grande capacidade combatente, seguido de treze países dotados com Marinhas costeiras, nos quais se incluía Portugal. Assim, neste ano, Portugal tinha entre a décima quinta e a vigésima Marinha com maior valor militar-naval do mundo. Embora a posição relativa seja interessante, há que ter em consideração a grande diferença combatente entre as Marinhas oceânicas e as costeiras.

## Bibliografia

- AGUILAR, Teixeira [et al.], *A Marinha na investigação do mar 1800-1999*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 2001.
- CAPELO, Hermenegildo; IVENS, R., *De Angola à contra costa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887.
- Conway's all the world's fighting ships 1906-1921*, Conway Maritime Press, 1985.
- COSTA, Adelino Rodrigues, *Dicionário de navios & relação de efemérides*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha, 2006.
- FERNANDES, Paulo Jorge, *Mouzinho de Albuquerque – um soldado ao serviço do império*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.
- INSO, Jaime do, "A Marinha portuguesa na Grande Guerra", separata de *Anais do Club Militar Naval*, [S.l.], Imprensa da Armada, 1937-1939.
- MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, *Aires de Ornelas. Coletânea das suas principais obras militares e coloniais*, [Lisboa], Biblioteca Colonial Portuguesa, Vol. III, 1936.
- PÉLISSIER, René, *História de Moçambique 1854-1918*, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 2 vol., 1988.
- PÉLISSIER, René, *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*, Lisboa, Editorial Estampa, 2006.
- SILVA, Pereira da, *O nosso plano naval*, Biblioteca da Liga Naval Portuguesa, Lisboa, VII, 1909.
- TELO, António José (coordenador), *História da Marinha portuguesa – homens, doutrinas e organização 1824-1974*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999.
- Legislação
- Decreto de 10 de outubro de 1910. *Diário do Governo* n.º 4. A nomear os Ministérios da República.
- Decreto de 17 de outubro de 1910. *A remover as coroas dos uniformes militares da Marinha*.
- Decreto de 20 de outubro de 1910. *A determinar retirar as coroas dos bonés dos oficiais da Armada*.
- Decreto de 24 de agosto de 1911. *Diário do Governo* n.º 197. *Mandando desdobrar em dois o atual Ministério da Marinha e Colónias*.
- Lei de 10 de julho de 1912 do Ministério das Colónias, *Diário do Governo* n.º 196. *Criando a marinha colonial e regulando os respetivos serviços*.

<sup>1</sup> O mapa produzido com a representação desta reclamação nacional ficou conhecido como "o mapa cor-de-rosa".

<sup>2</sup> A segunda Guerra de África corresponde ao período de 1961 a 1974, ocorreu nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné, e focou-se nas ações levadas a cabo por movimentos independentistas locais.

<sup>3</sup> Decreto de 11 de abril de 1907, aprovando a reorganização da Secretaria do Estado dos Negócios da Marinha.

<sup>4</sup> Ministério das Colónias, *Aires de Ornelas. Coletânea das suas principais obras militares e coloniais*, Vol. III, 1936.



Da esquerda para a direita: Bessa Pacheco, Nuno Severiano Teixeira, José de Matos Correia e Lemos Pires

## ENCERRAMENTO

### JOSÉ DE MATOS CORREIA

Cabe a mim fazer o encerramento deste colóquio.

Como o interesse gerado por esta discussão arrastou o colóquio bem para além daquela que seria a hora do seu encerramento, e uma vez que estão à nossa espera para podermos inaugurar e visitar a exposição que vai estar patente ao público, no Parlamento, durante algum tempo, sobre Portugal e a I Guerra Mundial, isso poupa-me a obrigação de dizer alguma coisa, o que é uma vantagem, tendo em conta que, depois de ter ouvido os oradores, pouco teria para dizer. Portanto, escondi-me atrás dos oradores para não expor a minha manifesta incapacidade face à qualidade das intervenções que aqui foram feitas.

No entanto, e porque estou numa posição institucional, desejava referir dois aspetos breves.

Em primeiro lugar, gostaria de fazer agradecimentos, que não são apenas da praxe, são agradecimentos sinceros e merecidos, dada a importância e a qualidade deste colóquio.

Primeiro, como é óbvio, os cumprimentos são para a Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Grande Guerra, aqui representada pelo senhor tenente-general Mário de Oliveira Cardoso, que tem, de facto, desempenhado um papel importantíssimo nas cerimónias evocativas deste aniversário e também na organização deste colóquio.

Depois, gostaria de deixar uma palavra de agradecimento e apreço ao senhor embaixador Martins da Cruz, ao senhor general Arnaut Moreira, ao senhor professor Nuno Severiano Teixeira, ao senhor coronel Lemos Pires e ao senhor capitão-de-fragata Bessa Pacheco pela disponibilidade que manifestaram para estarem connosco e para nos transmitirem o seu saber e conhecimento sobre esta matéria.

Deixo-vos, ainda, uma palavra sobre o intuito da Assembleia da República ao organizar este evento.

É óbvio que a Assembleia da República não podia deixar de se associar a estas cerimónias. Fê-lo com gosto, mas fê-lo por obrigação também. Não poderíamos deixar passar uma data destas sem que a Assembleia da República estivesse, não direi no centro destas cerimónias, mas a elas associada fortemente.

A tarefa dos representantes do povo, que aqui desempenham diariamente o seu trabalho, é a de, por um lado, contribuir para manter e avivar a memória sobre momentos importantes da História de Portugal, como foi a participação na I Guerra Mundial,

mas também a de promoverem, como é o caso, eventos que não são apenas eventos de reflexão histórica, mas que permitem que retiremos reflexões importantes para o futuro.

O senhor professor Nuno Severiano Teixeira, talvez pelos cargos políticos que desempenhou, e que foram alguns, aproveitou – e bem, do meu ponto de vista – a fase final da sua intervenção para retirar algumas ilações da I Guerra Mundial e da nossa participação nela para a atualidade, o que têm o seu quê de político.

No que diz respeito a Portugal, destaco duas dimensões importantes.

Em primeiro lugar, em áreas fundamentais de soberania, como é o caso da defesa e, também, da política externa, destaco a importância da manutenção de consensos políticos alargados, sem o que a presença do país e a sua participação na cena internacional ficam significativamente fragilizadas.

O professor Jorge Borges de Macedo dizia que Portugal encontrou a chave para a sua independência na gestão inteligente das suas virtualidades estratégicas. Um país pequeno como Portugal não depende só das Forças Armadas, não depende só da diplomacia, mas também depende da diplomacia e das Forças Armadas.

Por isso, a capacidade que fomos capazes de colocar – passo a redundância – nesse consenso ou na geração e na manutenção de consensos políticos alargados sobre o papel das Forças Armadas e sobre os grandes objetivos da defesa nacional e da diplomacia é essencial para um país como Portugal, num contexto internacional cada vez mais complexo.

Por outro lado, o professor Nuno Severiano Teixeira chamava, ainda, a atenção para uma questão que também é, hoje em dia, extremamente relevante, que é o problema das Forças Armadas ao serviço da afirmação político-diplomática do Estado no plano externo.

Seja qual for a perspetiva de abordagem que tenhamos relativamente à I Grande Guerra, é indiscutível que há uma dimensão externa na participação de Portugal na I Grande Guerra. E essa dimensão externa significa que as Forças Armadas foram utilizadas para permitir a Portugal atingir determinados resultados ou, pelo menos, a tentativa de os atingir – infelizmente não os atingimos, porque queríamos um lugar no Conselho da Sociedade das Nações, mas não o tivemos, e a neutral Espanha ficou com ele. Mas, enfim, uma coisa é atingir os resultados, outra coisa é ter uma estratégia, que pode ou não ter sucesso – infelizmente, às vezes, não tem sucesso.

Demorámos, depois, 40 anos até que, de uma forma episódica, Portugal se inseriu de novo numa operação, desta feita das Nações Unidas no Líbano, em 1958.

Depois, demorámos mais de 30 anos até que, finalmente, o país fizesse uma aposta determinante nas operações de paz das Nações Unidas, como forma de afirmação externa do país. E, para isso, as Forças Armadas foram e continuam a ser um fator determinante.

Julgo que é importante retirarmos estas ilações do ponto de vista da política nacional.

Do ponto de vista internacional, e no momento em que somos confrontados com tantos fantasmas e tantas instabilidades, desde o que se passa na Ucrânia, até àquilo que se passa mais perto de nós, no Médio Oriente, é importante que olhemos para o que se passou na I Guerra Mundial e para coisas que foram ditas e feitas com um determinado objetivo e que, depois, se veio a demonstrar que não podiam nunca ter sido nada daquilo.

Todos nos lembramos da frase: "Esta é a guerra que vai terminar com todas as guerras." E não terminou com guerra nenhuma. Ela própria foi a mais violenta, a mais mortífera das guerras até então.

Todos conhecemos aquelas imagens, que me impressionam, dos soldados a irem para a frente de batalha de comboio, cantando alegremente como se fossem para uma festa, porque a guerra ia acabar daí a uns meses. E não acabou.

Há pouco, o senhor general Arnaut Moreira falou do plano Schlieffen, que era – e eu não sou, nem de longe nem de perto, especialista nesses assuntos – mais ou menos a matemática aplicada às guerras. Estava demonstrado no plano que, ao fim de não sei quantos meses, a guerra estaria ganha e que a Alemanha teria atingido os seus objetivos. Mas não aconteceu nada daquilo.

Portanto, repito, no momento em que a situação internacional é tão complexa, vale a pena recordar que sabemos sempre como é que as guerras começam, mas nunca sabemos como é que elas acabam. Sobretudo em situações como a da Ucrânia, do meu ponto de vista, essa questão deve ser especialmente ponderada.

# PROGRAMA DA CONFERÊNCIA

## 15h00 ABERTURA

**Teresa Caeiro** (Vice-presidente da Assembleia da República)

**Rui Machete** (Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros)

**José Pedro Aguiar-Branco** (Ministro da Defesa Nacional)

Tenente-general **Mário de Oliveira Cardoso** (Presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial)

Major-general **Fernando Aguda** (Vice-presidente da Liga dos Combatentes)

## 15h30 I PAINEL

### TEMA 1 | A POLÍTICA E A DIPLOMACIA NO INÍCIO DA GUERRA

António Martins da Cruz (Embaixador)

### TEMA 2 | O ESTADO DA ARTE DA GUERRA NO INÍCIO DA I GUERRA MUNDIAL

Major-general Arnaut Moreira

## 16h45 II PAINEL

### TEMA 3 | PORTUGAL E A GRANDE GUERRA: ENTRE A MEMÓRIA DO PASSADO E OS DESAFIOS DO FUTURO

Nuno Severiano Teixeira

### TEMA 4 | O EXÉRCITO DE PORTUGAL NO INÍCIO DA GUERRA: AÇÃO, REAÇÃO E OMISSÃO

Coronel Lemos Pires

### TEMA 5 | A MARINHA PORTUGUESA EM 1914

Capitão-de-fragata Bessa Pacheco

## 18h00 ENCERRAMENTO

**José de Matos Correia** (Presidente da Comissão de Defesa Nacional)

# NOTAS BIOGRÁFICAS DOS ORADORES

## ANTÓNIO MARTINS DA CRUZ

Foi ministro dos Negócios Estrangeiros em 2002 e 2003 e assessor diplomático do primeiro-ministro Cavaco Silva durante 10 anos (entre 1985 e 1994). Foi, ainda, embaixador de Portugal na NATO e na União Europeia Ocidental, em Bruxelas e embaixador de Portugal em Madrid.

É embaixador de Portugal desde 1995.

Foi presidente do Conselho da União Europeia Ocidental, Decano do Conselho do Atlântico Norte da NATO e Presidente da OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. Como diplomata, ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1972. Foi diretor do Departamento de Integração Europeia e exerceu funções nas embaixadas em Moçambique, no Cairo e nas Nações Unidas. Representou Portugal na Comissão dos Direitos do Homem, na Conferência Internacional do Trabalho, no Conselho de Administração da OIT – Organização Internacional do Trabalho – e no Conselho Económico e Social das Nações Unidas, de que foi vice-presidente.

Atualmente, é professor na Universidade Lusíada (Relações Internacionais), presidente do Comité Português da Liga Europeia de Cooperação Económica (Bruxelas), presidente do Conselho Consultivo do Instituto de Liderança Política Internacional (Paris), vice-presidente do Conselho Estratégico da Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa, administrador da Fundação Luso-Espanhola. É, também, consultor internacional e membro do Conselho de Administração de diversas empresas em Portugal e no estrangeiro.

Tem 29 condecorações de 24 países.

## ARNAUT MOREIRA

O major-general José Filipe da Silva Arnaut Moreira nasceu em Coimbra, em 1959, e ingressou na Academia Militar, em 1977.

Como oficial subalterno e capitão, esteve colocado na Escola Prática de Transmissões, na Direção da Arma de Transmissões e no Depósito Geral de Material de Transmissões, desempenhando funções de comando de pelotão e de comando de companhia, funções de instrução e operacionais e, ainda, funções técnicas na área dos projetos de investigação e desenvolvimento de equipamentos de comunicações. Neste âmbito, fez parte da equipa de desenvolvimento do equipamento rádio de HF P/VRC 301. Foi professor de Tática de Transmissões e de Elementos de Telecomunicações e Eletrónica na Academia Militar.

Após a sua promoção a oficial superior, exerceu as funções de oficial de Transmissões e de Guerra Eletrónica do Comando Operacional das Forças Terrestres, professor de Tática de Transmissões e professor de Geopolítica no Instituto de Altos Estudos Militares, chefe de Produção de Intelligence no NATO Joint Headquarters SOUTHWEST em Madrid e 2.º comandante da Escola Prática de Transmissões no Porto.

Como coronel, desempenhou, entre 2004 e 2006, a função de adjunto do general chefe do Estado-Maior do Exército. Entre 2006 e 2008, foi comandante da Escola Prática de Transmissões.

Como coronel tirocinado, desempenhou funções de subdiretor de Comunicações e Sistemas de Informação.

Após a sua promoção a major-general, ocorrida em 2010, desempenhou funções no Ministério da Defesa Nacional durante três anos, primeiro como subdiretor-geral de Política de Defesa Nacional e depois como chefe do gabinete do ministro da Defesa Nacional.

Desde 25 de junho de 2013, é diretor de Comunicações e Sistemas de Informação do Exército.

Entre os numerosos cursos e qualificações que possui, salienta-se o Curso de Interpretação de Fotografia Aérea, o Signal Officer Basis Course do Exército dos EUA, o Curso de Estado-Maior do Instituto de Altos Estudos Militares, o Curso do Collège Interarmées de Défense, em Paris, e o Curso de Promoção a Oficial General do Instituto de Estudos Superiores Militares. É licenciado em Ciências Sócio Militares (Transmissões) pela Academia Militar e em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pelo Instituto Superior Técnico.

Por despacho de 25 de junho de 2013, do CEME, o major-general Arnaut Moreira exerce também funções de presidente do Conselho da Arma de Transmissões.

É, atualmente, o diretor de Comunicações e Sistemas de Informações do Exército.

## BESSA PACHECO

O comandante Bessa Pacheco nasceu em Lisboa, em 1969, e ingressou na Escola Naval em 1987, tendo concluído a licenciatura em Ciências Militares Navais, classe de Marinha, em 1992.

Especializou-se em Hidrografia, é *Master of Engineering in Surveying Engineering* pela Universidade de New Brunswick (Canadá), é mestre em Sistemas de Informação Geográfica pelo Instituto Superior Técnico, é engenheiro hidrógrafo pelo Instituto Hidrográfico, e efetuou o Curso Geral Naval de Guerra no Instituto Superior Naval de Guerra.

Esteve embarcado na fragata *Álvares Cabral*, que integrou a Força Naval Permanente da NATO em 1992, e comandou a lancha de fiscalização *Açor*. Realizou diversas missões técnico-científicas a bordo de navios e lanchas hidrográficas. De 2009 a 2011, comandou o navio de investigação científica *Almirante Gago Coutinho*.

Em terra, prestou serviço no Instituto Hidrográfico onde desempenhou funções de adjunto do chefe da Divisão de Oceanografia, adjunto do chefe do Centro de Dados Técnico-Científicos, tendo, posteriormente, chefiado este Centro por um período de cerca de cinco anos. Foi, durante cinco anos, vogal da Comissão do Domínio Público Marítimo e professor na Escola Naval de diversas disciplinas na área dos Sistemas de Informação Geográfica. De 2003 a 2009, foi investigador na Universidade de Engenharia e Tecnologia Naval do Instituto Superior Técnico. Desde 2001, é professor auxiliar convidado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Desde 2004, faz parte de comissões científicas de conferências no âmbito da cartografia, geodesia, hidrografia, engenharia hidrográfica e oceanografia. Tem cerca de 50 artigos publicados em revistas de especialidade e atas de congressos nacionais e internacionais. É membro da Ordem dos Engenheiros, da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia de Marinha.

Foi promovido ao posto de capitão-de-fragata, em 2009, e, atualmente, exerce funções na Divisão de Planeamento no Estado-Maior da Armada.

## LEMOS PIRES

Coronel de Infantaria/Operações Especiais, Nuno Correia Barrento de Lemos Pires é, atualmente, diretor de formação na Escola das Armas (EA) em Mafra-Portugal e professor na Academia Militar (AM) nas áreas de História, Defesa e Relações Internacionais e comandante do corpo de alunos da AM.

É doutor em História, Defesa e Relações Internacionais pelo Instituto Universitário de Lisboa/ISCTE (com a AM); mestre em Ciências Militares pela AM, Curso de Estado-Maior pelo Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM); pós-graduado em História Militar pela Universidade Lusíada e bacharel em Gestão de Recursos Humanos pelo Instituto Superior de Matemática e Gestão (ISMAG).

Exerceu diversas funções de instrução e comando aos níveis Pelotão e Companhia na Escola Prática de Infantaria em Mafra; professor de História Militar no IAEM em Pedrouços; *Intelligence Officer* no NATO/*Rapid Deployable Corps* em Valência/Espanha; assistente militar do Comandante do NATO/*Joint Command Lisbon* em Oeiras, comandante do 2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado na Brigada Mecanizada em Santa Margarida e professor de História e Relações Internacionais na AM. Participou em diversas missões internacionais, destacando-se: Moçambique, Angola, Paquistão, Etiópia e Afeganistão.

Com quatro obras publicadas, capítulos em mais de 40 livros e 50 artigos escritos nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, especialmente no âmbito da História, Defesa e Relações Internacionais, é palestrante habitual em Portugal e Espanha. É vice-presidente da Liga dos Amigos do Museu Militar de Lisboa; sócio efetivo da *Revista Militar*; colaborador e revisor para assuntos militares do Círculo de Leitores; autor de um espaço editorial semanal no programa 17-17 da Rádio do Concelho de Mafra; investigador e vogal da direção do CINAMIL (Centro de Investigação da Academia Militar) e investigador no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL); membro correspondente do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar; membro do Conselho Editorial da *Revista de Geopolítica*; sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa onde é vogal da Comissão de Relações Internacionais e membro da Secção de Ciências Militares; membro fundador do Centro de Estudos e Investigação de Segurança e Defesa de Trás-os-Montes e Alto-Douro (CEISDTAD); membro do *Foro para el Estudio de la Historia Militar de España* e representante militar português no *Peninsular War 200*.

## NUNO SEVERIANO TEIXEIRA

Professor catedrático e vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa.

Diretor do Instituto Português de Relações Internacionais.

Doutorado em História das Relações Internacionais pelo Instituto Universitário Europeu, Florença e Agregado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa.

Foi *Visiting Professor* na Universidade Georgetown (2000) e *Visiting Scholar* na Universidade de Califórnia, Berkeley (2004) e *Senior Visiting Scholar* no Instituto Universitário Europeu, Florença (2010).

Foi diretor do Instituto de Defesa Nacional (1996/2000).

Foi ministro da Administração Interna (2000/2002) e ministro da Defesa (2006/2009) do governo português.

Tem obra publicada sobre História Militar, História das Relações Internacionais, História da Construção Europeia e questões de política externa, segurança e defesa.

## FICHA TÉCNICA

**Título:**

Portugal e a I Guerra Mundial (1914-1918)

Colóquio: Assembleia da República, 7 de outubro de 2014 (PDF)

**Iniciativa:** Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial

**Fotografia:** Luís Saraiva

**Edição:** Assembleia da República. Divisão de Edições

**Coordenação editorial:** Conceição Garvão

**Colaboração:** Alda Luís

**Transcrições:** Ana Cruz e Maria Jorge

**Paginação:** Ana Rita Charola a partir do design gráfico original de Linha de Letras

**ISBN:** 978-972-556-642-8

Lisboa, junho de 2015

© Assembleia da República

Direitos reservados nos termos do artigo n.º 52 da lei n.º 28/2003, de 30 de julho.

